

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.3. Risco de crédito: A SPC possui políticas comerciais e de crédito, determinadas pela Administração, que tem como objetivo mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Isto é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que reduzam estes riscos, como apólices de seguro de crédito, tanto para exportações como para vendas no mercado interno. A matriz de avaliação de crédito da SPC é fundamentada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição de limites de crédito aos clientes de forma individualizada. Após análise são submetidos à aprovação conforme hierarquia pré-definida, sendo aplicável em alguns casos aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A SPC, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.405.004	1.120.012	12.823	38.494
Aplicações financeiras	6	21.098.565	1.631.505	-	-
Contas a receber de clientes	7	2.537.058	2.304.209	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		493.934	133.910	-	-
		<u>28.534.561</u>	<u>5.189.636</u>	<u>12.823</u>	<u>38.494</u>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e derivativos a receber têm a classificação de risco concedida por agências avaliadoras. A classificação de risco está apresentada a seguir:

Classificação de risco (a)	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
AAA	3.130.706	2.211.990	141.296	65.510
AA+	16.622.999	169.881	-	51.231
AA	5.257.518	207.925	259.711	3.143
AA-	68.207	113.623	-	14.026
A	422.899	45.753	51.281	-
A-	80	2.330	-	-
BB	1.160	15	41.646	-
	<u>25.503.569</u>	<u>2.751.517</u>	<u>493.934</u>	<u>133.910</u>

(a) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências avaliadoras *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. A classificação de risco do contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Baixo Risco (a)	2.447.184	2.268.675
Médio Risco (b)	66.587	21.016
Alto Risco (c)	60.466	52.859
	<u>2.574.237</u>	<u>2.342.550</u>

(a) Não vencido e em atraso até 30 dias. (b) Em atraso entre 30 e 90 dias. (c) Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") calculada em base individual por cliente inadimplente nos montantes de R\$37.179 e R\$38.740 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. **4.4. Risco de mercado:** A SPC está exposta a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos nos resultados em cenários adversos, a SPC dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos. As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities, e (iv) troca de indexadores da dívida. No processo de gestão de riscos de mercado é feita a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **4.4.1. Risco de taxas de câmbio:** A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da SPC são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em dólares norte americanos, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a SPC contrate financiamentos de exportação em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital, e proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. Além disso, a SPC contrata vendas de dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma ampla gama de cenários. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual da liquidez líquida (net exposure) de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira são demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.968	585.541
Contas a receber de clientes	1.661.108	1.544.749
Instrumentos financeiros derivativos	493.685	133.910
	<u>3.298.761</u>	<u>2.264.200</u>
Passivos		
Fornecedores	(72.680)	(36.018)
Empréstimos e financiamentos	(26.384.721)	(8.616.807)
Contas a pagar de aquisição de ativos	(333.049)	(332.193)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.464.569)	(126.781)
	<u>(28.255.019)</u>	<u>(9.111.799)</u>
	<u>(24.956.258)</u>	<u>(16.847.599)</u>

Exposição passiva líquida
Análise de sensibilidade - exposição cambial: A Companhia e suas controladas utilizam, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os efeitos que podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente. Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano em 25% e 50%. A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2018		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Consolidado			
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.968	285.992	571.984
Contas a receber de clientes	1.661.108	415.277	830.554
Fornecedores	(72.680)	(18.170)	(36.340)
Empréstimos e financiamentos	(26.384.721)	(6.596.180)	(13.192.361)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(333.049)	(83.262)	(166.524)
Instrumentos <i>Non Deliverable Forward</i> ("NDF") ^(a)	17.041	(137.748)	(275.191)
Derivativos swaps (a)	(853.141)	(2.568.607)	(4.915.329)
Derivativos opções (a)	(134.784)	(2.352.766)	(5.111.182)
	<u>(24.956.258)</u>	<u>(10.945.465)</u>	<u>(22.294.390)</u>

(a) Para os valores nominal dos derivativos (Nota explicativa 4.5).

4.4.2. Risco de taxas de juros: As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A SPC, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa. Dado o risco de extinção da *Libor* no decorrer nos próximos anos a SPC está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbram a descontinuação da taxa de juros. A maior parte das dívidas atreladas a taxa de juros *Libor* já possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica será feita uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados a *Libor* preveem que haverá uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo. No decorrer dos próximos anos, até a extinção da *Libor*, a SPC trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição.

Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros: A SPC utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, TJLP e Selic podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente. Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado. A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2018		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Consolidado			
Caixa e equivalentes de caixa	3.243.485	53.931	108.701
Aplicações financeiras	18.049.284	316.741	388.412
Empréstimos e financiamentos	(4.078.631)	315.741	638.412
Debêntures	(4.663.453)	(374.854)	(453.620)
Derivativos swaps	(853.141)	866.857	1.746.549
Derivativos opções	(134.813)	(74.269)	(146.411)
	<u>12.562.731</u>	<u>1.105.149</u>	<u>2.532.061</u>

Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC")
Aplicações financeiras 2.049.281 34.074 68.679
2.049.281 34.074 68.679

TJLP
Empréstimos e financiamentos (213.178) (3.597) (7.195)
(213.178) (3.597) (7.195)

Libor
Empréstimos e financiamentos (13.038.092) (88.855) (177.709)
Derivativos swaps (170.708) (238.030) 471.025
(13.208.799) (149.176) 293.316

4.4.3. Risco de preços de commodities: A SPC está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais. Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A SPC pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível. A SPC também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo. Em 31 de dezembro de 2018 posição comprada de US\$ 5 milhões (31 de dezembro de 2017, não há posição comprada em *oil bunker*) para proteção do custo logístico.

	31/12/2018		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Consolidado			
Derivativo petróleo	(1.140)	2.399	3.735
	<u>(1.140)</u>	<u>2.399</u>	<u>3.735</u>

4.5. Instrumentos financeiros derivativos: A SPC apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores realizados em uma eventual liquidação antecipada. A divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, custo de desmonte, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores reportados pela SPC estão embasados em cálculo realizado por consultoria externa especializada, revisados pela Administração da SPC. **(a) Derivativos em aberto por tipo de contrato:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto são assim apresentadas:

	Nominal em US\$		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consolidado				
Fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	2.340.000	1.485.000	(41.122)	25.822
NDF (R\$ x US\$)	50.000	-	6.749	-
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	50.000	-	5.256
Swap CDI x Fixed (US\$)	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal	<u>2.390.000</u>	<u>1.585.000</u>	<u>(34.374)</u>	<u>28.693</u>
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	752.110	291.725	(377.020)	(21.562)
Subtotal	<u>752.110</u>	<u>291.725</u>	<u>(377.020)</u>	<u>(21.562)</u>
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	757.143	19.841	(33.663)	(1.117)
Subtotal	<u>757.143</u>	<u>19.841</u>	<u>(33.663)</u>	<u>(1.117)</u>
Hedge de Commodity (a)				
Swap Bunker	5.344	-	(1.140)	-
Subtotal	<u>5.344</u>	<u>-</u>	<u>(1.140)</u>	<u>-</u>
Operação Fíbrila - total derivativos	<u>4.500.000</u>	<u>(696.570)</u>	<u>(1.478.963)</u>	<u>(6.014)</u>
Operação Fíbrila - total derivativos	<u>3.904.597</u>	<u>1.896.566</u>	<u>(1.142.766)</u>	<u>6.014</u>
Total em derivativos				
Ativo circulante	-	352.454	-	77.090
Ativo não circulante	-	141.480	-	56.820
Passivo circulante	-	(596.530)	-	(23.819)
Passivo não circulante	-	(1.040.170)	-	(104.077)
	-	<u>(1.412.766)</u>	-	<u>(6.014)</u>

(a) O montante de *hedge de commodities* foi contratado através da subsidiária da SPC, Suzano Trading. O valor justo não representa a obrigação de desmonte imediato ou fechamento de caixa, uma vez que tal evento somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado. A seguir estão descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos: (i) Swap CDI x Fixed US\$: posições em swaps convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa prefixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de divisas em

Reais para dólares; (ii) NDF US\$: Posições vendidas em contratos futuros de dólares, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações; (iii) Swap Fixed US\$ x CDI: posições em swaps convencionais trocando variação de taxa prefixada em dólares por taxa dos Depósitos Interbancários (DI). O objetivo é reverter divisas em dólares para Reais; (iv) Swap Libor x Fixed: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada por taxa prefixada em dólares. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana; (v) Zero-Cost Collar: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de dólares, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição; (vi) Swap Bunker (petróleo): posições compradas em *oil bunker* de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo. **(b) Valor justo por cronograma de vencimentos:** O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

	Valor justo líquido	
	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	53.270
2019	(244.069)	(106.064)
2020	(180.333)	(31.192)
2021	87.851	-
2022	83.692	-
2023	80.052	-
2024	82.963	-
2025	(486.958)	-
2026	(565.964)	-
	<u>(1.142.766)</u>	<u>6.014</u>

(c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

	Moeda	Valor nominal		Valor justo	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consolidado					
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	8.722.620	950.000	119.178	22.525
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.757.143	19.841	-	65.517
Subtotal				<u>119.178</u>	<u>88.042</u>
Passivos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	2.402.110	291.725	(972.319)	(44.087)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.757.143	19.841	(170.707)	(66.634)
Subtotal				<u>(1.143.026)</u>	<u>(110.721)</u>
Total de contratos de swap				<u>(1.023.848)</u>	<u>(22.679)</u>
Fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.040.000	1.485.000	(134.814)	25.822
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	-	50.000	-	5.256
NDF (R\$ x US\$)	US\$	150.000	-	17.036	-
Swap Bunker	US\$	5.344	-	(1.140)	-
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal				<u>(118.918)</u>	<u>28.693</u>
Total em derivativos				<u>(1.142.766)</u>	<u>6.014</u>

d) Derivativos liquidados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos liquidadas são apresentadas a seguir:

	Valores de liquidação	
	31/12/2018	31/12/2017
Consolidado		
Fluxo de caixa		
Hedge cambial		
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(110.271)	28.159
NDF (R\$ x US\$)	(1.235.448)	(8.809)
NDF (MXN x US\$)	-	39
Subtotal	<u>(1.345.719)</u>	<u>39.308</u>
Hedge de Commodities		
Bunker (petróleo)	-	2.631
Subtotal	<u>-</u>	<u>2.631</u>
Hedge de dívida		
Hedge cambial		
Swap CDI x Fixed (US\$)	19.145	78.411
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	(8.809)
Swap CDI x Libor (US\$)	-	(162.769)
Subtotal	<u>19.145</u>	<u>(93.167)</u>
Hedge de juros		
Swap Libor x Fixed (US\$)	(4.939)	(2.588)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	-	15.824
Subtotal	<u>(4.939)</u>	<u>13.236</u>
Total de derivativos (a)	<u>(1.331.513)</u>	<u>(37.992)</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2018 houve o pagamento de prêmio de derivativos no montante de R\$254.902 e em 31 de dezembro de 2017 houve o recebimento no montante de R\$77.687, de posições vendidas de opções não vendidas e, portanto, não estão apresentados no quadro acima. **4.6. Gestão do capital:** O objetivo principal da administração de capital da SPC é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios. A Companhia e suas controladas monitoram de forma constante, indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de dívida total líquida pelo Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("EBITDA") ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos. A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um hedge natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	313.563	575.248	3.270	1.746
Base negativa da contribuição social	7.804	29.830	1.177	1.177
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	110.911	112.875	9.244	9.244
Provisão operacional e para perdas diversas	289.254	207.402	2.583	3.502
Varição cambial - tributação pelo regime caixa	534.093	82.793	-	-
Perdas com derivativos	291.254	29.943	-	-
Lucro não realizado	227.830	103.376	-	-
Demais diferenças temporárias	15.579	6.127	-	-
Ativo não circulante	1.790.288	1.147.594	16.274	12.746
Agio - aplicação fiscal sobre agio não amortizado contabilmente	13.161	10.063	-	-
Imobilizado - Ajuste de custo atribuído	1.552.579	1.603.987	-	-
Depreciação acelerada incentivada	1.196.182	1.183.115	-	-
Demais diferenças temporárias	41.172	124.981	-	-
Passivo não circulante	2.803.094	2.922.146	-	-
Total líquido ativo não circulante	25.324	15.408	16.274	12.746
Total líquido passivo não circulante	1.038.133	1.749.960	-	-

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos. A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal a compensar	99.474	353.943	13.080	11.477
Base negativa da contribuição social a compensar	-	-	-	-

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção. A projeção de realização está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	152.689	2.229.800	96.957	599.407
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(51.914)	(758.132)	(32.965)	(203.798)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:	(160.252)	(104.918)	-	-
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	261.120	196.604	-	-
Resto de equivalência patrimonial	2.576	1.996	36.519	206.035
Diferença de tributação - empresas controladas (b)	62.119	151.136	-	-
Crédito Reintegrar	37.627	39.180	-	-
Juros sobre capital próprio	-	50.538	-	(17.406)
Tributação em transações com controladas	(2.553)	(11.789)	-	-
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda (d)	20.505	9.414	-	-
Lucro líquido em operações com controladas (c)	16.786	(17.011)	-	-
Outras diferenças permanentes	(28.162)	(3.931)	(26)	38
Outras diferenças permanentes	(158.642)	(446.913)	3.528	(15.131)

Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	103.90%	20,04%	3,64%	2,52%

12.1. Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social	152.689	2.229.800	96.957	599.407
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(51.914)	(758.132)	(32.965)	(203.798)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:	(160.252)	(104.918)	-	-
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	261.120	196.604	-	-
Resto de equivalência patrimonial	2.576	1.996	36.519	206.035
Diferença de tributação - empresas controladas (b)	62.119	151.136	-	-
Crédito Reintegrar	37.627	39.180	-	-
Juros sobre capital próprio	-	50.538	-	(17.406)
Tributação em transações com controladas	(2.553)	(11.789)	-	-
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda (d)	20.505	9.414	-	-
Lucro líquido em operações com controladas (c)	16.786	(17.011)	-	-
Outras diferenças permanentes	(28.162)	(3.931)	(26)	38
Outras diferenças permanentes	(158.642)	(446.913)	3.528	(15.131)

12.2. Incentivos fiscais: A SPC, possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas áreas de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das Linhas 1 e 2 de Mucuri (BA) expiram respectivamente em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz em 2024. Durante período de 2006 até 2018, inclusive, a SPC se beneficiou da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI") o qual foi aplicável para as aquisições dos bens do ativo imobilizado e consistia na depreciação integral do bem, no próprio ano da aquisição ou até o 4º ano subsequente à aquisição. Este benefício expirou em 31 de dezembro de 2018. 13. Ativos biológicos - consolidado: As variações dos saldos dos ativos biológicos nos respectivos exercícios estão demonstradas a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.072.528	912.368	-	-
Adições (a)	912.368	(551.135)	-	-
Exaustão no exercício	(192.504)	(28.030)	-	-
Perda na atualização do valor justo	(28.030)	(49.338)	-	-
Outras baixas	4.548.897	1.285.490	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.285.490	(709.547)	1.285.490	(709.547)
Adições (a)	129.187	(129.187)	-	-
Exaustão no exercício	(129.187)	(47.124)	-	-
Perda na atualização do valor justo	(129.187)	(12.624)	-	-
Outras baixas	4.935.905	1.285.490	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.935.905	(129.187)	4.935.905	(129.187)

Refer-se à formação e aquisição de florestas, sendo R\$ 875.963 de formação de floresta e R\$ 433.334 de aquisição de florestas na SPC (31 de dezembro de 2017, R\$ 798.578 e R\$ 136.414, respectivamente). No consolidado, são eliminados os custos incorridos de arrendamento de terras com controladas. Os ativos biológicos da SPC são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reflorestamento, utilizadas para fornecer madeira às fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza. As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 7 anos; ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio; iii) O incremento Médio Anual - IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo-padrão médio por hectare estimado compreendendo gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias; v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela SPC com terceiros independentes, e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível; vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas). O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes. Principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	31/12/2018	31/12/2017
Área útil plantada (hectare)	463.801	466.355
Ativos Maduros	68.207	73.897
Ativos Imaturos	395.594	392.388
Incremento Médio Anual (IMA) - m³/hectare/ano	29,93	28,89
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	68,62	69,19
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	4,50%	4,44%
Taxa de desconto - %	9,36%	9,11%

A SPC administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da SPC, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas. Análise de sensibilidade: O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, por conta da complexidade da estrutura do cálculo. As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. 14. Investimentos: Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)		Premesa Participações S.A.		Ltda.		Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2018	367.612.234	20.970	-	-	136.911	-	83,33%
Quantidade de ações ou cotas possuídas	-	-	-	-	-	-	-
Ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Cotas	-	-	-	-	-	-	-
Capital votante/total (5)	33,61%	99,17%	-	-	-	-	-
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2018	53.932.644	4.777	1.091	1.091	41.906.709	139	2.009
Ativo	12.012.007	7.338	(918)	(918)	6.241.753	5.300	164
Passivo	6.241.753	5.300	164	164	318.339	(110)	(1.739)
Resultado do período	3.420.378	7.623	1.143	3.429.144	606.682	(238)	(459)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	606.682	(238)	(459)	605.985	-	-	-
Equivalência patrimonial	12.447	-	-	12.447	-	-	-
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	609	-	-	609	-	-	-
Perda na variação de participação (4)	(67.273)	-	-	(67.273)	-	-	-
Juros sobre capital próprio recebido (2)	(70.782)	-	-	(70.782)	-	-	-
Dividendos propostos a receber (2)	200	-	-	200	-	-	-
Complementos dos dividendos de 2016	3.902.261	7.385	684	3.910.330	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	108.967	(109)	(1.449)	107.409	-	-	-
Equivalência patrimonial	30.854	-	-	30.854	-	-	-
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(3.892)	-	-	(3.892)	-	-	-
Perda na variação de participação (4)	(1.164)	-	-	(1.164)	-	-	-
Dividendos propostos a receber (2)	116	-	-	116	-	-	-
Complemento dos dividendos de 2017	4.037.142	7.276	(765)	4.043.653	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R\$ 38,08 em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 13.999; (2) Dividendos e juros sobre capital próprio classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos; (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela entidade; (4) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC; (5) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras, a concessão, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da SPC, nos termos previstos no Acordo de Voto. Conforme descrito nas notas 1.1b) e 33.1a), a administração concluiu pela manutenção da consolidação da SPC, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria (vide nota 33.2). 14.1. Combinação de negócios da SPC: A SPC incorreu em custos relacionados à aquisição do controle das investidas citadas a seguir, as quais foram incluídos no resultado do exercício quando incorridos. Os ativos líquidos e os intangíveis dessas investidas foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. Foi adotada a metodologia Income Approach na determinação do valor justo dos ativos e passivos das investidas, a qual é baseada na preparação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Este método considera que o valor justo de um ativo está relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pelo ativo no futuro. i) Facepa: Em 1º de março de 2018, a SPC adquiriu o controle (direto e indireto) de 92,84% das ações da Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.. Os ativos líquidos adquiridos estão abaixo apresentados, sendo que os saldos contábeis estão muito próximos do valor justo estimado:

	Valores (92,84%)		Valores (100,00%)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos líquidos adquiridos da Facepa	98.808	106.428	-	-
Ativos líquidos adquiridos da AGFA (a)	590	-	-	-
Intangível - Marcas	20.052	21.598	-	-
Intangível - Relacionamento com cliente	26.644	28.505	-	-
Intangível - Non Compete	3.133	3.374	-	-
Intangível - Mais-valia do ativo imobilizado	46.247	49.814	-	-
Total dos ativos líquidos ao valor justo	195.294	209.720	-	-
Contraprestação total transferida a ser transferida	307.876	-	-	-
Agio apurado na combinação de negócios	112.582	-	-	-

Conforme mencionado na Nota explicativa 1.1 b) iii), a AGFA é uma empresa não operacional e foi adquirida na transação da Facepa, considerando 100% das ações. O saldo dos ativos líquidos referem-se a contas a receber com a Facepa e saldo em conta bancária.

	Edificações		Máquinas e Equipamentos		Outros Ativos		Terrenos e Fazendas		Mais valia		Obras em Andamento		Total do ativo imobilizado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa média anual de depreciação	3,51%	-	5,42%	-	17,81%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.683.865	15.345.570	13.455.570	301.748	4.368.584	-	-	-	390.671	-	-	-	23.090.438	-
Transferências	141.161	485.182	3.321	3.321	3.920	-	-	-	(633.560)	-	-	-	24	
Transferências entre outros ativos	(4.500)	(4.434)	(7.035)	-	-	-	-	-	(8.705)	-	-	-	(15.806)	
Adições	4.648	106.422	6.595	6.595	2.257	-	-	-	731.740	-	-	-	851.662	
Baixas	(9.468)	(95.277)	(13.525)	-	(26.162)	-	-	-	(4.697)	-	-	-	(149.129)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.815.706	15.846.331	15.846.331	291.104	4.348.599	-	-	-	483.735	(b)	-	-	23.785.475	
Transferências	127.015	439.553	12.881	12.881	750.824	-	-	-	(1.330.273)	-	-	-	-	
Transferências entre outros ativos	4.500	1.867	1.318	-	-	-	-	-	(8.945)	-	-	-	(1.260)	
Adições	2.319	143.058	26.220	26.220	705	-	-	-	1.321.550	-	-	-	1.493.652	
Aquisição Facepa	18.505	46.165	1.920	1.920	7.446	-	-	-	3.395	-	-	-	127.245	
Aquisição PCH	2.176	3.200	26	26	2	-	-	-	2	-	-	-	873.356	
Baixas	(8.654)	(67.280)	(3.685)	-	(34.524)	-	-	-	(4.697)	-	-	-	(114.143)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.061.567	16.413.525	329.784	329.784	5.077.341	49.814								

Suzano Holding S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

CONTADOR

Francisco Batista Soares de Lima - CRC 1SP099494/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Suzano Holding S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: a) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PWC, apresentado sem ressalvas, datado de 20 de março de 2019; b) a proposta de destinação do lucro líquido de R\$ 100.484.632,08, apurado pela Companhia no exercício de 2018; e c) a proposta de pagamento de dividendos à conta do saldo de reservas de lucros existente no balanço de 2018 a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, no valor total de R\$ 113.849.994,25, correspondendo a R\$ 0,623096 por ação ordinária e R\$ 0,6854056 por ação preferencial classe A e B. Referidos dividendos terão como base de cálculo a posição acionária da data da Assembleia Geral que declarará os referidos dividendos, para pagamento em data a ser definida na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal concluiu que referidos documentos estão em condições de serem aprovados pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

São Paulo, 20 de março de 2019		
José Carlos Garbes		Heraldo Gilberto De Oliveira
Vice-Presidente		Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 9º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de março de 2019		
Claudio Thomaz Lobo Sonder		Oriando de Souza Dias
Diretor Vice-Presidente Executivo		Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 9º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de março de 2019		
Claudio Thomaz Lobo Sonder		Oriando de Souza Dias
Diretor Vice-Presidente Executivo		Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Suzano Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano Holding S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Holding S.A. e da Suzano Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquele do ano anterior, exceto pela (i) inclusão do PAA relacionado à aquisição da Fibría Celulose S.A. (“Fibría”), concluída em janeiro de 2019, por conta das divulgações requeridas, (ii) exclusão do PAA relacionado com tributos diferidos, em grande parte por conta daquele ano ter sido nosso primeiro ano de auditoria da Companhia, o que exigiu, naquela ocasião, um trabalho maior em relação aos dados históricos relacionados aos saldos de abertura, e (iii) exclusão do PAA relacionado com a manutenção do controle na Suzano Papel e Celulose S.A. (“controlada” ou “SPC”) quando da conversão de suas ações preferenciais em ordinárias, que foi um assunto específico do exercício de 2017, não sendo mais aplicável em 2018.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**
Valor justo dos ativos biológicos
(Nota Explicativa 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. são mensurados ao valor justo, outros, a atualização do nosso entendimento dos aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa controles internos estabelecidos pela administração descontado. Esse método faz uso de premissas para mensurar esses ativos, bem como o método de significativas que envolvem julgamento por parte da administração, incluindo taxa de crescimento médio das florestas, taxas de desconto, custos silviculturais e principalmente o preço de madeira em diferentes regiões, incluindo naquelas onde não há mercado suficientemente ativo ou fonte de preços verificáveis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre e Envolvermos nossos especialistas na valorização dos ativos biológicos, que nos apoiaram na análise do modelo, dos cálculos e das premissas utilizadas. Também avaliamos a consistência desses cálculos e premissas com o exercício anterior.

Esses procedimentos de auditoria incluíram, entre e Envolvermos nossos especialistas na valorização dos ativos biológicos, que nos apoiaram na análise do modelo, dos cálculos e das premissas utilizadas. Também avaliamos a consistência desses cálculos e premissas com o exercício anterior. Especialmente no que se refere aos preços de madeira em regiões onde não há mercado ativo, avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela administração da controlada, comparando-os com os custos de formação da própria controlada. Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Da aplicação dos procedimentos acima, observamos a necessidade de um refinamento nos cálculos de custo detalhes, uma vez que existem várias áreas de plantio, em diferentes etapas de crescimento, brutos de madeira, suportada em avaliação da florestas que, depois de coletadas, são administrado. O modelo de avaliação está razoavelmente consistente com as práticas de mercado e as premissas utilizadas devidamente suportadas.

Porque é um PAA

Evento subsequente - Aquisição da Fibría
(Nota explicativa 33)

As práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) determinam que combinações de negócios ocorridas após a data do balanço, mas antes da emissão das demonstrações financeiras, embora não originem ajustes, devem ser divulgadas. Em 3 de janeiro de 2019, a SPC adquiriu o controle da Fibría pelo valor de R\$ 37.236 milhões, tendo apurado, preliminarmente, ágio no valor de R\$ 8.113 milhões. Embora essa combinação de negócios não tenha sido incorporada no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2018, ela terá impacto relevante nas demonstrações financeiras para os próximos exercícios.

A determinação da data de aquisição do controle da Fibría, a manutenção do controle da SPC pela Companhia, especialmente pela diluição de sua participação, e a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolvem o uso de especialistas e julgamentos e estimativas relevantes, tais como valor de mercado de terras, relacionamento com clientes, taxas de crescimento e desconto, valor justo de contingências, dentre outras. A determinação da alocação do preço de compra foi feita de forma preliminar e, dessa forma, está sujeita a ajustes, até que a avaliação final seja concluída.

A divulgação das informações relacionadas com a referida combinação de negócios, considerando sua complexidade e relevância, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras futuras, nos levaram a considerar essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Fibría, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição. Adicionalmente, obtivemos a nota técnica da administração e de seus assessores societários internos e externos avaliando e concluindo sobre a manutenção do controle da SPC pela Companhia. Efetuamos também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra. Obtivemos informações a partir dos auditores responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Fibría, sobre os valores contábeis considerados na alocação do preço de compra, incluindo o registro dos efeitos das novas normas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019 no balanço de aquisição. Efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a Fibría.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação. Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as conclusões da administração sobre a data efetiva da aquisição e sobre a manutenção do controle da SPC pela Companhia estão adequadas. Também demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados, no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos, ainda que de forma preliminar.

Provisão para contingências
(Nota explicativa 21)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus consultores tributários internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objeto da disputa, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo. Não está sob o controle da administração quando haverá uma decisão final, bem como o desfecho das ações. Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a atualização de nosso entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e avaliar essas contingências. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto das principais contingências e processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos consultores internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	São Paulo, 20 de março de 2019
PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Tadeu Cendón Ferreira Contador - CRC 1SP188352/O-5

→continuação